

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

**PREGÃO ELETRÔNICO 32/2020
PROCESSO –e-PAD 32370/2020 (SENG)**

OBJETO: Contratação de companhia seguradora para cobertura dos bens imóveis sob responsabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, nos termos deste Edital e seus anexos.

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, companhia seguradora, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60, com sede nesta Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Rio Branco, nº 1489 e Rua Guaianases, nº 1238, Campos Elíseos, CEP 01205-001, representada neste ato na forma de seu Estatuto Social, ora impugnante, vem respeitosamente à vossa presença, com fundamento na lei nº 8.666/93, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

pelos motivos fáticos e jurídicos expostos a seguir, esperando o seu completo acolhimento.

I – Objeto da Impugnação

Inicialmente, cumpre salientar que a licitação visa, por meio de processo público que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, selecionar a proposta mais vantajosa à Administração.

Esta pode ser considerada a síntese da finalidade da licitação, produto da interpretação combinada do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal Brasileira com o art. 3º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 8.666/93, cujos respectivos teores a Impugnante ora transcreve:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

Assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes e selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, são ações que a um só tempo satisfazem tanto o interesse dos licitantes quanto o interesse público, consistente na capacidade de contratar e empregar bem o dinheiro público.

Feitas essas considerações iniciais, cumpre à Impugnante esclarecer porque se opõe a parte do edital, ora impugnado.

Conforme restará demonstrado a seguir, esta municipalidade instaurou processo licitatório para Contratação de companhia seguradora para cobertura dos bens imóveis sob responsabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, nos termos deste Edital e seus anexos.

Os itens 7.9.1.1. e 7.9.1.2 **da Qualificação Técnica**, prevê que a licitante deverá apresentar para comprovar a sua **qualificação técnica**, em suma: **(i) no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnico-profissional, (ii) com VRD (Valor de Risco Declarado) total de valor igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e (iii) que é vedado o somatório de atestados ou declarações para efeito de comprovação de qualificação técnica**, conforme print abaixo:

7.9. Para comprovar a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA a licitante deverá apresentar:

7.9.1. No mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnico-profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, comprovando que mantém ou manteve contrato de seguro compatível com o objeto deste instrumento.

7.9.1.1. Será considerado compatível o contrato de seguro com cobertura dos riscos descritos no item 3.1 do Termo de Referência (Anexo II deste Edital), devidamente registrado na SUSEP, com VRD total de valor igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

7.9.1.2. É vedado o somatório de atestados ou declarações para efeito de comprovação de qualificação técnica.

Contudo, tais itens do edital são, por óbvio, itens restritivos de participação por parte de diversas empresas licitantes, afetando, portanto, a competitividade neste certame. Resta claro que a municipalidade exige **requisitos totalmente desnecessários vinculados ao atestado de capacidade técnico-profissional.**

A abrangência de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnico-profissional e com VRD total igual ou superior a R\$ 30.000.000,00, de acordo com o objeto desta licitação é um valor extremamente alto e poderá causar grande impactos do ponto de vista financeiro para esta Administração uma vez que pouquíssimas seguradoras conseguirão atender tal requisito.

Não obstante, ainda resta claro que os subitens 7.9.1 e 7.9.1.2. entram em contradição uma vez que o item 7.9.1. dá a entender que é possível somar atestados e/ou declarações para efeitos de comprovação de qualificação técnica, quando cita que: “no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnico-profissional...”, contudo, o item 7.9.1.2. veda esta possibilidade.

Outrossim, avaliando o subitem, 7.9.1.1. verifica-se que há exigência de que os atestados apresentados constem valor igual ou superior a R\$ 30.000.000,00. Ora, vejam que não existe base legal que subsidie tal exigência, eis que, é notório que para o órgão licitante é interessante saber se a empresa seguradora possui atestados com o mesmo objeto, seja vigente ou não.

Não há motivos que justifiquem a exigência de tal valor, como tal exigido no subitem 7.9.1.1., sendo que é certo que deverá este respeitável órgão alterar tal item para que a exigência seja relativa ao número de imóveis e não ao valor do Risco Declarado.

Ainda, insta salientar que não constou no Edital de forma clara, qual o valor dos imóveis a serem segurados, e tão somente, o valor do Risco Declarado, o que, por óbvio dificulta mais ainda a proposição de preços das empresas licitantes.

Fica evidente que as exigências contidas no edital representam óbice à participação de seguradoras com proposta mais vantajosa à Administração, o que atenta contra a exigência legal. Neste sentido caminha a regra contida no art. 8º do Decreto 3.555/2000:

*“Art. 8º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:
I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento,
devendo estar refletida no termo de referência; II...” (grifo nosso)*

A exigência editalícia por consequência acaba por afrontar o disposto constitucional no que tange aos processos licitatórios. O Texto Constitucional, em seu art. 37, inciso XXI, determina que:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Esta disposição é repetida no art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.663/93:

“É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato”, ressalvadas exceções (§§ 5º a 12 do artigo e art. 3º da Lei n. 8.248/91, que dizem respeito a produtos manufaturados, serviços e informática)”

Então, por disposição constitucional e infraconstitucional, as únicas exigências que a administração pode fazer dos interessados em licitar são aquelas indispensáveis ao cumprimento do contrato, sob pena de violação do princípio da competitividade.

Em consonância ao que dispõe o preceito constitucional, resta claro que a exigência de atestado de capacidade técnica em termos tão restritivos tal qual previsto no edital, caracteriza uma afronta ao princípio da competitividade.

Trata-se, portanto de cláusula restritiva, a qual em diversas oportunidades o Tribunal de Contas da União já se manifestou contrariamente a tal pretensão de alguns órgãos da Administração Pública:

*Fornecimento de vale-refeição: a exigência de comprovação de rede credenciada próxima ao ente público demandante deve ser feita somente no momento da contratação
(...)*

Nesse sentido, concluiu o relator tratar-se, efetivamente, de cláusula restritiva e que potencialmente afastaria diversos interessados na prestação dos serviços, em confronto com o princípio da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Acolhendo o voto do relator, o Plenário decidiu fixar prazo ao SESC/SP para anular a aludida exigência editalícia, sem prejuízo de determinar à entidade que, nas próximas contratações de serviço de fornecimento de vales-refeição para suas unidades, faça constar a exigência de comprovação de rede credenciada próxima às unidades do

SESC/SP apenas na fase de contratação, com fixação de prazo para que a vencedora do certame credencie os estabelecimentos comerciais localizados nas imediações das unidades a serem atendidas. Acórdão n.º 2581/2010-Plenário, TC-016.159/2010-1, rel. Min. Benjamin Zymler, 29.09.2010.

Nesta mesma linha:

- Assunto: LICITAÇÕES. DOU de 07.05.2010, S. 1, p. 121. Ementa: determinação à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do MTE para que se abstenha de estabelecer exigências desnecessárias ou excessivas, tal como a exigência de capacidade técnica do licitante para a execução de parcelas de serviços que não tenha maior relevância e valor significativo, nos termos do art. 30, §§ 1º e 2º, inc. I, da Lei nº 8.666/1993, limitando-se, nos editais de suas licitações, à previsão de exigências de capacidade técnica aos requisitos mínimos necessários à garantia da execução do contrato e à segurança da obra ou serviço (item 1.5.9, TC-017.039/2009-4, Acórdão nº 1.786/2010-2ª Câmara).

Seguindo os ensinamentos de Marçal Justen Filho, em seu comentário ao art. 3º, § 1º, I, da Lei de Licitações:

"O dispositivo não significa, porém, vedação a cláusulas restritivas da participação. Não impede a previsão de exigências rigorosas nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para atender ao interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjugadamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. Aliás, essa interpretação é ratificada pelo previsto no art. 37, XXI, da Constituição da República (...)"

Assim, tal exigência editalícia, além de ser desnecessária e ineficaz, impossibilita a participação de seguradoras no presente certame, portanto acaba por trazer novos custos à administração pública, pois invariavelmente será necessário instaurar novo procedimento licitatório.

II – DO PEDIDO

Diante todo o exposto, requer seja:

- (a) Atribuído efeito suspensivo a presente impugnação até a sua apreciação, a fim de que seja evitada a execução de atos que possam vir a ser declarados nulos;
- (b) Alterado os itens do Edital aqui mencionados, para excluir exigências desnecessárias vinculadas ao atestado de capacidade técnica;

- (c) Na hipótese de deferimento do pedido formulado no item b acima, requer a Impugnante seja republicado o Edital nos termos do artigo 21, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Nestes termos
Pede deferimento.

São Paulo, 10 de dezembro de 2020

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

[61.198.164/0001-60]

**PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

Av. Rio Branco, 1489
Rua Guainases, 1238

Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULO